

ANALFABETISMO NA MÍDIA: CONCEITOS E IMAGENS SOBRE O LETRAMENTO¹

Maria de Lourdes Meirelles Matencio

É próprio do poder necessitar de um extraordinário esforço de ideologização para se legitimar; quando se despedaçarem as máscaras religiosas, construirá opulentas ideologias substitutivas. (Angel Rama)

Introdução

A declaração de 1990 como o Ano Internacional da Alfabetização motivou na mídia a produção de um grande número de textos referindo-se ao tema, tanto de denúncias sobre o problema como de propaganda de projetos visando à redução do número de analfabetos. Se a veiculação de textos sobre o assunto foi intensa em 1989 e 1990, o mesmo não aconteceu após esse período, e os dados de que dispomos refletem esse fato.

1. Agradeço à professora Angela B. Kleiman por ter cedido gentilmente alguns dos textos analisados neste artigo.

A análise apresentada aqui visa discutir a configuração desse acontecimento – o Ano Internacional da Alfabetização – na mídia. Tendo em vista esse objetivo, trabalharemos com os conceitos sobre o analfabetismo e suas consequências sociais predominantes na imprensa escrita. Pretendemos caracterizar as imagens que circundam a questão do analfabetismo e resultam do processo de construção de sentidos nesse lugar de enunciação.

Quanto à análise das ações enunciativas constituídas nos textos coletados, assumimos a distinção proposta por Ducrot (1987) entre significado e sentido. Para Ducrot, a significação é a caracterização semântica de uma frase, isto é, “o conjunto de instruções dadas às pessoas que têm que interpretar os enunciados da frase” (p. 170). Já o sentido do enunciado é a representação (a qualificação) de sua enunciação, o que inclui as indicações acerca das fontes de enunciação (p. 172).²

Salientamos que nosso recorte analítico inclui também uma distinção entre discurso e texto (sobre discurso e texto, ver Orlandi 1987). Da perspectiva que adotamos, o discurso é entendido como um objeto de estudo construído pelo investigador, que lhe possibilita verificar tanto as práticas sociais e culturais (as posições ideológicas) como as práticas discursivas, portanto, de construção de sentidos, no lugar de onde se enuncia e na imagem que se produz dos interlocutores. O texto é considerado como a unidade de análise, inserida no processo discursivo, e por isso dinâmica,

2. Não se trata aqui de aceitar integralmente as proposições de Ducrot (1987), ao construir sua teoria polifônica da enunciação, dado o fato de que a enunciação é vista como acontecimento por Ducrot apenas na medida em que esse acontecimento é “constituído pelo aparecimento de um enunciado” o que exclui a historicidade constitutiva da relação entre sujeitos e linguagem. No entanto, uma vez que o autor remete-se às perspectivas enunciativas, ao definir as noções de significado e sentido, sua proposta nos é de grande utilidade em termos operacionais.

mas é também um momento de cristalização, porque através dele há a enunciação.

Nesses termos, pressupomos a atividade linguística como interação, na medida em que faz emergir, por meio de ações enunciativas inseridas em um dado discurso, uma certa identidade social do sujeito (e também do outro), em reconfiguração, seja no que diz respeito à história pessoal do falante, seja quanto à sua assunção de posições no discurso (e em relação a outros discursos). De onde decorre que em função da formação social e cultural do sujeito – processo histórico, que inclui a atualização de seu lugar-sujeito (autor) – configura-se a sua enunciação e suas filiações discursivas.

Para nós, dado o fato de que, ao fazer sentido pela fala, escrita e leitura, o sujeito assume uma certa identidade social, materializando (e atualizando) relações de nomeação e de poder inscritas na língua, ele reflete também os efeitos sociais e cognitivos que sustentam a construção de significados e a atribuição de sentidos em sua enunciação. Em outras palavras, acreditamos que o conjunto de práticas sociais, culturais e discursivas que emergem como resultado da complexidade estrutural das sociedades modernas resulta, por sua vez, em modelos de letramento diferenciados (Matencio 1994).³ Poderíamos mesmo dizer que o sujeito, mais do que construir e atribuir sentidos no processo de interlocução

3. Foucambert (1994) é um dos autores que tecem reflexões sobre o acesso à palavra escrita nas sociedades contemporâneas. O autor remete-se aos primórdios dos movimentos de alfabetização, que datam do estabelecimento das sociedades industriais, defendendo a necessidade de revisão dos objetivos da educação em massa. Nesse sentido, propõe a noção de leiturização, que envolve o processo de seleção, divulgação, consumo e interpretação de textos, resultando em uma evidente divisão social do trabalho de leitura. Como decorrência estabelece a diferenciação entre o que considera ser o analfabetismo, ou o “desconhecimento das técnicas de utilização da escrita” e o que denomina de iletrismo, “a falta de familiaridade com o mundo da escrita” (p. 18).

que subjaz a toda enunciação, realiza um trabalho de interpretação em relação à sua própria atividade discursiva, uma vez que enquanto significa provoca efeitos de sentido.

Como se vê, a concepção de letramento que adotamos pressupõe ser a construção de sentidos pelo sujeito permeada por suas práticas sociais, culturais e discursivas, constituindo-o como tal no momento mesmo da enunciação (para uma discussão mais detalhada sobre o letramento, ver Kleiman 1992 e neste volume).

A análise, que será apresentada em dois momentos, tem como fundamentação as escolhas lexicais e/ou as estruturas frásicas “que orientam o movimento argumentativo dos textos.

No primeiro momento, serão discutidos dados gerais sobre os textos, sobretudo quanto aos números do analfabetismo que fornecem e a maneira como é abordada a questão do analfabetismo na mídia. Pretendemos, nessa etapa, discutir tanto os conceitos e imagens enfatizados nos textos como as divergências que suportam o ideário sobre o analfabetismo na mídia, ao selecionar, organizar e divulgar as informações sobre o assunto.

Em seguida, será analisado um texto de Carlos Chiarelli, que ocupava o Ministério da Educação durante o lançamento do programa de alfabetização do governo Collor, em setembro de 1990. O objetivo dessa etapa será demonstrar como o discurso oficial sobre o analfabetismo vincula-se ao discurso da imprensa em sua proposta de alfabetização, produzindo ações enunciativas em que se con fundem práticas sociais, culturais e discursivas diversas.

Tanto no texto de Chiarelli como nos outros textos veiculados pela mídia, há a incorporação de diferentes posições ideológicas e o apagamento dos conflitos ideológicos estabelecidos entre as fontes de enunciação, apre sentadas como passíveis de uma

convivência tranquila. Ocorre, portanto, uma tentativa de homogeneizar sentidos que se movimentam por diferentes discursos e de estabilizar imagens sobre o analfabetismo que circulam no cotidiano brasileiro. Em nossa análise, estaremos discutindo exatamente essa questão, procurando estabelecer relações entre as fontes enunciativas que referenciam a construção do ideário brasileiro sobre o processo de letramento e suas (re)formulações nesses textos.

Devemos salientar que um dos aspectos mais relevantes em reflexões como esta, que focalizem a relação estabelecida entre discursos institucionais, é o fato de possibilitarem a desnaturalização dos processos de sedimentação dos sentidos e das relações imaginárias que a eles subjazem na distribuição social (desigual) do conhecimento.

A mídia e o analfabetismo

Relato de um dossiê

Os textos analisados são provenientes de um dossiê organizado pelo *Centro Ecumênico de Documentação e Informação* – CEDI (120 textos e um apêndice com dados básicos sobre a situação do analfabetismo) e de uma coletânea pessoal de 35 textos jornalísticos entre 1990 e 1993.

Os dados apresentados no dossiê do CEDI são de jornais de diferentes estados brasileiros, reunindo editoriais, artigos, reportagens, gráficos e pequenas notas, que vão dos primeiros comentários sobre o Ano Internacional da Alfabetização às afirmações do primeiro ministro da Educação do governo Collor, Carlos Chiarelli, acerca da questão, tendo sido veiculados entre março de

1989 e março de 1990; o material restante foi editado em jornais da Grande São Paulo e do interior do estado.

Quanto ao lugar institucional ocupado (e atualizado) nesses textos, algumas questões emergem. Estamos nos referindo, por exemplo, aos conceitos sobre o analfabetismo apresentados na imprensa. Pensamos também nos conflitos de imagens sobre o analfabeto e os efeitos do analfabetismo (e da alfabetização), nos planos individual e social, que aí transparecem. Finalmente, remetemo-nos às diferentes práticas sociais, culturais e discursivas ressaltadas nos textos produzidos desse lugar de enunciação.

Verificamos que, do total de textos, apenas 9,5% são assinados por pessoas diretamente ligadas ao ensino, seja através de instituições governamentais ou não. Não há textos de pesquisadores que estivessem desenvolvendo pesquisa ou projetos de âmbito nacional, mas apenas projetos para comunidades particulares. A fala de educadores amplamente conhecidos, como Paulo Freire, Magda Soares ou Emília Ferreiro, geralmente aparece entrecortando a fala dos jornalistas. Em apenas 5,0% dos textos aparece a fala dos alfabetizandos. A fala dos professores, por sua vez, aparece somente em 4,0% dos textos.

Há dois grandes tipos de textos: aqueles que pretendem denunciar a situação calamitosa em que se encontra o país com relação aos índices de analfabetismo e seu caráter de problema político (51%); e aqueles de cunho mais propagandístico, objetivando informar a população sobre programas e projetos ligados a órgãos oficiais ou organizações não-governamentais (49%).

Com relação aos artigos do primeiro tipo há um grande desencontro de informações quanto aos índices de analfabetismo, decorrente dos conceitos de analfabetismo em que se baseiam jornalistas, educadores ou detentores de cargos públicos. Estes

textos são em sua maior parte estruturados a partir da perspectiva dos jornalistas, que procuram informações em órgãos governamentais, com especialistas na área de educação ou de pesquisa. Dessa maneira, a contraposição de fontes enunciativas na mídia é grande. Nos artigos do segundo grupo, entretanto, verificamos que predominam propostas fundamentadas em concepções contemporâneas de ensino e aprendizagem, que enfatizam a experiência prévia dos educandos como um caminho possível para motivar a aprendizagem.

Conceitos sobre o analfabetismo e imagens do problema

Como poderemos ver, as perspectivas ideológicas que subjazem aos textos sobre o Ano Internacional da Alfabetização na mídia não se diferenciam daquelas que sustentavam as formulações sobre o problema propostas pelo Mobral, em 1970 (ver Lovisolo *et al.* 1985), mesmo que nos textos veiculados na mídia no período analisado haja severas críticas ao Mobral e à Fundação Educar, que o substituiu em 1985.

Os princípios que direcionaram a criação do Mobral eram que o analfabetismo dificultava o desenvolvimento econômico e social do país, e que a alfabetização seria um mecanismo para melhorar a renda e as condições de vida dos alfabetizandos (ver a concepção de letramento autônomo, neste volume). Desde aquele momento, portanto, a natureza funcional da alfabetização, fosse no nível individual ou social, era ressaltada nos objetivos do programa nacional de alfabetização.

Ainda dentro de seus objetivos, o Mobral pressupunha a necessidade de mobilização nacional, visto propor-se a integrar diferentes agentes sociais para a diminuição dos índices de analfabetismo.

Por um lado, o programa era de cunho nacional, e pretendia, através da orientação e do planejamento governamental no trabalho de alfabetização, proporcionar mudanças sociais. Por outro, seu método tinha como característica enfatizar as necessidades individuais do alfabetizando, no plano do conteúdo, voltado à regionalidade, para garantir uma maior aceitação.

As concepções do analfabetismo como obstáculo para o desenvolvimento individual e social, e de que a educação sistematizada pode reduzir a pobreza, subjazem a essa tentativa de, em um programa nacional, respeitar-se as características individuais, acreditando-se na eficácia desse sistema para mudanças sociais. Nesse sentido, há também a hipótese de que a educação é uma condição não apenas necessária, mas também suficiente para a resolução dos problemas sociais enfrentados no país. Embora os dados sobre o analfabetismo sejam descontraídos, essa hipótese e as crenças nas quais se baseia são retomadas nos textos veiculados pela mídia.

Para situar os números do analfabetismo, por exemplo, a mídia refere-se ao chamado analfabeto (termo predominante) também como não-alfabetizado, semi-analfabeto, analfabeto absoluto, analfabeto funcional ou iletrado, muitas vezes sem referir-se a critério algum de classificação. Quando tais critérios aparecem, podem remeter-se à idade (critério comumente utilizado em pesquisas sobre o assunto), período de escolarização (critério de muitos educadores); saber ler e escrever o próprio nome (critério do IBGE); saber ler, escrever e interpretar um bilhete simples (critério da Unesco), ou a pelo menos duas dessas variáveis. As pretensões dos projetos de alfabetização, porém, vão muito além de possibilitar a leitura e a produção de um bilhete, uma vez que a alfabetização aparece como um caminho de am-

pliação e assimilação de uma nova visão de mundo, conduzindo o aprendiz a uma participação social mais ativa.

No que diz respeito à faixa etária segundo a qual se consideraria uma pessoa como analfabeta, conforme a interpretação do autor do texto ou da pessoa entrevistada, baseando-se em informações de órgãos como o IBGE, a Unesco ou o Inep, há grande variação. Para que uma pessoa seja classificada como analfabeta pode pertencer a uma faixa etária com início aos 5, 10, 15, 30 ou mesmo aos 35 anos de idade; esse dado indica uma divergência com relação ao que propõe a Unesco, que considera analfabetas pessoas com 14 anos ou mais.

As contradições acerca da faixa etária, e dos conhecimentos necessários para que uma pessoa seja ou não considerada alfabetizada, proporcionam, por sua vez, divergências quanto à porcentagem de analfabetos existentes no Brasil, que varia de 18 milhões a 60 milhões.

O desencontro nas informações sobre os números do analfabetismo e sobre o conceito do que é ser analfabeto autoriza, por sua vez, a configuração da imagem, proposta em alguns textos, de que há um momento de “alfabetização”, quando o aprendiz estaria capacitado para “ler e escrever seu nome”, e um momento de “pós-alfabetização”, quando ele saberia “ler e interpretar mensagens”.

Se não podemos falar em coerção quanto aos conceitos veiculados na imprensa escrita – o que não significa afirmar que instituições particulares não possuam um mecanismo de autocensura dessa natureza – podemos nos referir aos sentidos excluídos de suas ações enunciativas. Há a tentativa de garantir sentidos através do controle quanto ao modo de dizer desse lugar institucional. O uso corrente das expressões *erradicação do analfabetismo* ou *evasão escolar*, mesmo levando-se em conta que a fala dos

educadores procura desmontar esses significados, ou que os jornalistas enunciam de posições ideológicas diferentes, demonstra esse fato: há a cristalização de sentidos e a exclusão de novos sentidos, por apagamentos das perspectivas enunciativas.

As imagens veiculadas pelos textos e materializadas em suas escolhas lexicais filiam-se a inúmeras práticas sociais e culturais. É assim que nos defrontamos com as perspectivas da religião ou do confronto, como recursos argumentativos que se movimentam no sentido de demonstrar a gravidade do problema.

A imagem de que a redução do analfabetismo é uma “cruzada” aparece unida, por exemplo, ao “sacerdócio” do professor.

Já a imagem do analfabetismo como devendo ser “erradicado” é a mais comum, aparecendo em 43% dos textos. Mas há também a metáfora de que a diminuição do analfabetismo é uma “guerra” (ou ainda uma “luta”, um “combate”) a ser “vencida”, ou as metáforas de que o analfabetismo é um “mal”, uma “praga” a ser “destruída”. Embora com menor frequência, constrói-se a imagem de que deve haver uma “caça” ao analfabeto, que exige “munição”.

Dado o alto número de analfabetos existentes no Brasil, a imagem de que o país é um “celeiro” de analfabetos aparece também.

A concepção mais frequente quanto às origens do analfabetismo é de que ele é decorrente da pobreza, ou de problemas educacionais, mas não há a retomada do histórico da política socioeconômica no Brasil, de exclusão de classes dominadas. Em apenas um texto, elaborado por Sérgio Haddad, essa visão é contradita, e afirma-se que os analfabetos:

... não são pobres porque são analfabetos. São analfabetos porque são pobres. (*Folha de S. Paulo* 08/09/89).

Muitas vezes, a questão do analfabetismo aparece relacionada à educação como um todo, e aponta-se para o fato de que a solução para esse problema seria a vontade política dos governantes.

Embora a apresentação dos projetos nos textos ressalte que a concepção de mundo do alfabetizando e sua experiência prévia devem ser respeitadas para uma melhor aprendizagem, afirma-se que a alfabetização possibilitará ao aprendiz a partir daí ser efetivamente um cidadão, o que representa a construção de uma imagem segundo a qual a cidadania é alcançada apenas por meio da escrita e da educação sistematizada (e reduzida).

Ainda com relação aos textos em que aparecem propostas de alfabetização, ocorre um apagamento das condições históricas que levaram o país às taxas atuais. Embora apareçam informações sobre a clientela almejada, pessoas carentes, que não tenham conseguido se alfabetizar por não ter acesso ao ensino sistematizado ou por ter “abandonado” a escola, excluem-se as causas desse insucesso e vende-se a ideia de que o projeto é a solução para o problema.

Um texto desse tipo se sobressai, entretanto, porque nele as imagens da necessidade de erradicação do analfabetismo e da evasão escolar são desmontadas. Significativamente, nesse texto a fala do jornalista serve apenas como um fio condutor das opiniões de educadores que participaram da I Teleconferência Latino-Americana sobre a Alfabetização.⁴ Tome-se como base o trecho abaixo, em que aparece a opinião de Paulo Freire sobre a questão:

4. A dificuldade de entendimento entre educadores e mídia é ressaltada em um texto que se refere ao seminário “A Alfabetização e a Mídia”. Segundo Jacques Gonnet,

Para ele é “ingênuo” almejar a erradicação do analfabetismo. “Não é uma erva daninha que se extermina simplesmente. A pessoa é analfabeta porque foi proibida de aprender a ler”... (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06/04/89).

Nos textos em que há a fala do aprendiz pode-se perceber que os analfabetos incorporaram essa visão de que o acesso à leitura e à escrita representa uma possibilidade de melhoria de vida, sentindo-se efetivamente excluídos em seu dia-a-dia e até mesmo culpados por isso. Vejamos o fragmento abaixo:

eu me sinto como uma cega porque não sei ler. (*Jornal da Tarde*, São Paulo, 08/01/90)

Quanto ao professor envolvido na alfabetização, uma imagem que frequentemente é retomada é de que ele deve ser um “voluntário”, ou até mesmo “benfeitor”, com domínio (não se sabe qual) sobre a leitura e a escrita. Essa imagem aparece acompanhada pela denúncia das condições de trabalho do professor e pela exigência de uma melhor formação.

Há uma distorção da figura do professor na medida em que se ressalta primeiro sua função social de “benfeitor” e depois suas necessidades profissionais e pessoais, além de propor-se que qualquer pessoa, a princípio, poderia ocupar esse lugar. Essa concepção é vinculada fundamentalmente à proposição de Paulo Freire de que o professor alfabetizador deveria pertencer à comu-

do Centro de Ligação entre Ensino e Meios de Informação, “os educadores desconhecem as restrições sofridas pela imprensa. Querem simplesmente que os jornais falem sobre os problemas de alfabetização, sem colocá-los de uma maneira que seja notícia. E preciso criar uma linguagem que seja comum para os dois” (*Folha de S.Paulo*, São Paulo, SP: 18/08/90).

nidade dos alfabetizandos, mas se apaga a informação de que o voluntariado em sua proposta (ver 1985) aparecia como uma possibilidade de maior integração entre os alfabetizadores e a comunidade dos educandos. Nesse caso, os voluntários seriam formados por pesquisadores com os quais poderiam compartilhar conhecimentos acerca da organização da comunidade em questão.

As falas dos professores, quando aparecem nos textos, referem-se a abordagens pedagógicas. Em apenas uma delas, em que a professora, técnica da extinta Fundação Educar, ex-alfabetizadora do Mobral e mestranda em alfabetização, ensina os alunos em sua própria casa, há um questionamento da política governamental quanto ao analfabetismo e mesmo da imagem social do analfabeto. Vejamos sua posição:

Antônia Picano explica que o treinamento que os alfabetizadores recebiam no Mobral era “absolutamente improdutivo”, durava no máximo duas semanas e dirigia-se a mais de 200 pessoas ao mesmo tempo. “Nunca se levava em conta o que o aluno trazia, o que ele já conhecia. O analfabeto sempre foi tido como um pária da nação”, diz Antônia... (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11/03/90)

Há uma fissura nas ações enunciativas realizadas na mídia, e a assunção de um lugar institucional por sujeitos que fazem transparecer uma pretensa isenção na seleção, na organização e na divulgação de informações nesse contexto, uma vez que muitas são as “vozes” que enunciam, muitos e diferentes os conceitos sobre o número de analfabetos ou mesmo sobre o que é ser analfabeto. Porém, essas aparentes divergências ocultam as perspectivas ideológicas às quais se filiam os sujeitos: o conservado-

rismo da imprensa paira sobre os textos, e a sedimentação de imagens presentes no ideário brasileiro sobre o analfabetismo é reafirmada no recorte que os jornalistas propõem ao abordar a questão.

O texto de Chiarelli (anexo) fundamenta-se exatamente nesse discurso predominante na mídia, seja por suas lacunas, seja pelas diferentes posições ideológicas que veicula (e apaga), para desenvolver o discurso oficial (de propaganda política), incorporando as diferentes perspectivas enunciativas que subjazem ao discurso veiculado pela mídia como recurso para desenvolver sua argumentação.

O analfabetismo no discurso oficial para a mídia

O texto do ex-ministro Chiarelli intitula-se *Alfabetização é cidadania*, título que se remete diretamente ao programa de alfabetização proposto no governo Collor: Alfabetização e cidadania.

Em termos organizacionais, o texto apresenta duas partes: na primeira, que vai até o parágrafo 07, o autor pretende situar o problema da perspectiva que adota como representante do governo e do povo; na segunda (do parágrafo 08 ao final), enuncia sobretudo do lugar do governo, situando o problema da perspectiva desse lugar enunciativo. Nos dois momentos, realiza um jogo de imagens entre diferença e igualdade de posições ideológicas (práticas sociais e culturais).

Essa relação entre igualdade e diferença transparece também no jogo de imagens que Chiarelli constrói ao definir o lugar de enunciação que ocupa ao longo do texto.

A justificativa do lugar de governo ocupado pelo autor transparece em suas afirmações que se remetem a um liberalismo democrático: liberalismo como sistema econômico, democracia como sistema político. Já a justificativa para que Chiarelli ocupe o lugar de sujeito representante do povo emerge nas referências que faz às diferentes perspectivas sociais, que lhe fornecem uma imagem de detentor do saber sobre o assunto, de um ponto de vista jurídico, religioso, científico ou político. Enquanto atualiza esses lugares na cena enunciativa, Chiarelli remete-se às fontes aparentes de suas ações enunciativas, como um recurso que garanta a coerência de seu texto.

Na primeira parte, o autor ocupa-se das imagens de “igualdade na ignorância” e “desigualdade no saber”, com o objetivo de convencer o leitor de que os analfabetos, considerados como os “ignorados” e “ignorantes”, devem “reintegrar(-se)” à sociedade. Na segunda parte, remete-se à possibilidade de integração de diferentes perspectivas ideológicas. Em outras palavras, em um primeiro momento o autor reafirma a imagem social do analfabeto, em seguida instaura a imagem de governo que pretende construir, a de um governo de integração.

O jogo de imagens entre “igualdade” e “desigualdade” tem início no título (*Alfabetização é cidadania*), visto haver uma tentativa de equivalência entre os termos, ou seja, à palavra *alfabetização* é dado o sentido de *cidadania* através do uso do verbo *ser* no presente do indicativo, ocasionando uma noção de atemporalidade. Nesse caso, há também um recurso de generalização, pois, embora x (*alfabetização*) seja igual a y (*cidadania*), não há uma referência explícita ao sentido dos vocábulos em questão.

Qual seria, então, o sentido pretendido pelo uso lexical? De outra maneira, a que práticas sociais e culturais essa escolha lexical estaria nos remetendo?

É dessa questão que iremos nos ocupar.

Chiarelli começa por dizer que “no princípio todos eram analfabetos... e todos eram iguais”. Essa estrutura vincula-se ao discurso religioso cristão, particularmente ao evangelho segundo João, cujo início é: “no princípio era o verbo...”. Há, porém, uma reconstrução do significado do enunciado para que se instale a imagem defendida pelo discurso oficial, da necessária transformação humana decorrente do uso da escrita, um elemento-chave utilizado em todo o texto, que nos fornece indicações da concepção de alfabetização à qual se filia o discurso oficial.

Na sequência (parágrafo 02) vemos o que o projeto de governo que Chiarelli está defendendo considera como “transformação humana” pelo uso da palavra escrita: se antes tínhamos a “igualdade na ignorância”, hoje há a “desigualdade no saber”, o que representa a presença de um grupo de indivíduos nas “trevas da ignorância absoluta”, e novamente, pelo uso do vocábulo *trevas*, percebesse a marca do discurso religioso.

No terceiro parágrafo nos é apresentada a proposta do governo, de “reintegração” social das “multidões de analfabetos”, E com o apagamento da história das classes dominadas – já que os analfabetos devem ser *reintegrados* – Chiarelli expõe uma premissa central para o discurso de “justiça social” que se propõe a fazer (ver parágrafo 02): em algum momento passado houve integração e igualdade entre classes sociais.

Em seguida (parágrafo 04), o autor pretende situar o analfabetismo dentro do contexto político e geográfico do Brasil, e para isso reproduz a metáfora do analfabetismo como uma doença.

Para Chiarelli, portanto, nos países do Primeiro Mundo resta apenas a “cicatriz” do que foi um dia o analfabetismo. Já em países do Terceiro Mundo “a chaga permanece aberta como ferida infecta a macular a consciência dos homens e das nações”. Mas o ex-ministro deixa claro que o analfabeto não é ele mesmo o “doente social”, ou o causador da “doença”, porque, segundo ele, “doente está a sociedade que o mantém como tal”.

Como recurso argumentativo, em primeiro lugar, Chiarelli exime uma possível culpa do analfabeto, pois o que o torna *demente* é a situação social de seu país (de *Terceiro Mundo*). Em segundo lugar, produz novamente um apagamento de questões históricas, já que a questão social aparece como uma problemática recente. Afinal, segundo o texto, a sociedade *está* doente, e a opção pelo verbo *estar*, no presente, indica que em algum momento as coisas aconteceram de modo diferente, e podem se reconfigurar .

Na sequência (parágrafo 05), recupera-se, junto à marca do discurso religioso cristão – de luta pela justiça social –, um pretenso discurso liberal do governo, que se confunde com a enunciação autoritária, é “imperioso que voltemos a ser todos iguais. Não a igualdade na ignorância, mas a igualdade no saber fundamental.”

A estratégia argumentativa utilizada para fundamentar e desenvolver essa possibilidade de “igualdade no saber” é a referência ao fato de que hoje possuímos acesso a amplo desenvolvimento tecnológico (parágrafo 06), o que nos possibilita obter uma grande quantidade de informações sobre o problema e “conhecer com precisão os dados”. Ora, se os índices do analfabetismo na mídia são desconstruídos, como poderá o governo receber críticas de sua parte? Assim, no caso de um questionamento de seu lugar de enunciação, ele poderia referir-se ao fato de que a imprensa e

outras instituições com reconhecido avanço tecnológico não estariam cumprindo a função que lhes cabe, informar com *precisão*.

É exatamente o avanço tecnológico que nos impossibilitará, segundo Chiarelli, de “sermos absolvidos do julgamento de nossa consciência” (parágrafo 07). Se essa enunciação filia-se primeiramente ao discurso jurídico, pelo uso da expressão *absolvição do julgamento*, em seguida remete-se mais uma vez ao discurso religioso, pois o julgamento é da *consciência* de cada um e dos que depois vierem (“pósteros”).

Até o sétimo parágrafo do texto, o autor se propõe a situar o problema e a orientar sua argumentação no sentido de que à sociedade como um todo cabe a solução. A partir de então há uma quebra no desenvolvimento da argumentação para que o discurso governamental tome seu lugar e o leitor, já convencido de sua parcela de culpa, una-se aos esforços do governo.

No parágrafo 08 tem início a contextualização da situação do analfabetismo tal como ela é vista pelo governo Brasil Novo, um governo que se auto-intitula democrático e que pretende contar com o apoio de diferentes instâncias sociais. Recria-se aí a metáfora da luta, recorrente na mídia.

A entrada no lugar governamental de locução, na voz de um representante do governo e do povo, não significa o abandono do discurso religioso, visto que essa também é uma filiação discursiva à qual se propõe o governo Brasil Novo desde sua propaganda eleitoral.

Nesses termos, o “pecado” de se manter o analfabetismo é visto como “morta” para os governantes que nada fazem para minorá-lo, embora seja “venial” para diferentes segmentos sociais. Porém, se é um “pecado social”, continua o autor, sua solução exige a participação de todos (parágrafo 09).

No 11º parágrafo, o texto nos remete ao discurso científico contemporâneo sobre a educação, uma vez que propõe a necessidade de uma escola com professores atualizados, bem treinados e valorizados. Como Chiarelli parece prever uma voz que a essa enunciação se contraponha, alegando a presença de um discurso incorporado por ele com vistas à propaganda política, afirma logo depois: “não se está falando de bombásticas e oficialistas campanhas provisórias”.

Ainda nesse trecho, Chiarelli propõe a criação de um “mutirão saudável”. Afinal, se problemas existirem, o governo não estará sozinho; se tudo correr bem, o governo terá conseguido o que denomina de “única revolução duradoura: a educação”.

Aliás, é contínua a reafirmação no texto, como um recurso argumentativo para o engajamento do leitor, da necessidade de mobilização social, sempre a partir da proposta do governo, que se sugere imbuída de cientificidade no que diz respeito à análise do que é alfabetizar e dos futuros efeitos sociais de seu programa.

A concepção de alfabetização proposta pelo Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) não pressupõe que aprender a escrever seja “um treinamento mecanizado do contar repetitivo, nem da reprodução gráfica de sinais”, mas o início de um “processo dinâmico”, que representa não o acesso à cidadania, mas a cobrança dessa cidadania (13º e 14º parágrafos).

Para fundamentar a cientificidade do programa de alfabetização, entretanto, Chiarelli produz a imagem de que alfabetizar é “abrir a porteira (*sic*) para a estrada do saber mais e do conhecer melhor, ensejando conviver mais participativamente” (ainda no 14º parágrafo). O ex-ministro pressupõe, ainda, que o homem só é “homem na plenitude pela educação” (15º parágrafo). Uma educação que, por possibilitar a integração a um sistema letrado,

possibilita a cobrança de um papel mais responsável do cidadão no sistema social (16º parágrafo). Nesse sentido, o autor aponta a contraparte do benefício que o governo irá proporcionar ao alfabetizando: ser cidadão pleno, com direitos e deveres.

Chiarelli faz transparecer, no lugar do governo do qual enuncia, em um momento que mescla novamente a marca da democracia com a do autoritarismo, que o programa não é “produto de um governo, nem obra exclusiva do Estado, ao afirmar: “não o queremos, nem o faremos assim” (17º parágrafo). Em seguida (18º parágrafo), recorre ao papel que a figura materna pode ter para o leitor, quando solicita que o programa seja “filho dileto da sociedade, permanente e carinhosamente por ela cuidado”, e ser mãe, não nos esqueçamos, é padecer no paraíso, como nos lembra o ditado popular.

Ao cidadão alfabetizado cabe integrar-se ao programa, voluntariando-se nessa “batalha”; ao restante, aqueles que dele irão se beneficiar, cabe, posteriormente, um retorno à sociedade.

E ao governo, o que cabe?

Apenas coordenar e estimular o projeto. E isso é o bastante. Chiarelli faz questão de deixar claro tal fato: só no último quadrimestre de 1990 são “mais de dez bilhões de cruzeiros – o que é dinheiro aqui ou em qualquer outro lugar do mundo” (19º parágrafo).

Há dois recursos argumentativos a serem notados nesse trecho. A cifra vem ligada ao advérbio *mais*, em uma construção que cria um sentido positivo, elevando o número fornecido, e genérico, porque não se tem o valor exato. Quanto à possível afirmação de que o dinheiro brasileiro não é forte, a resposta aí se encontra, tal quantia é significativa em *qualquer lugar do mundo*.

Ainda no 19º parágrafo, o autor afirma que o dinheiro vem do “imposto suado do contribuinte”, “é dinheiro do cidadão..., para

criar novos e conscientes cidadãos”. Note-se que aqui a contraposição entre os vocábulos *contribuinte* e *cidadão* reafirma a imagem de que o analfabeto não é cidadão.⁵

Os últimos cinco parágrafos do texto têm a função de explicitar as diferentes perspectivas das quais enuncia o discurso oficial, porque, para o governo, o PNAC é um programa “sem exclusões ou discriminações”. No programa, afirma Chiarelli, podem encontrar-se “adversários políticos”, “opositores religiosos”, “crentes de outra fé”. Segundo o autor, o PNAC não tem nenhum tipo de fronteira: política, econômica, partidária ou religiosa. Através desse programa poder-se-á chegar “ao Primeiro Mundo”, quando forem rompidos “os alicerces frágeis da ignorância”. Verificamos nesse trecho também a continuidade do discurso de propaganda política que permeou o governo Brasil Novo, “democraticamente eleito”, cheio de “seriedade, transparência, engajamento”. Com o apoio desse governo, finaliza Chiarelli, estaremos “retomando a cidadania para a totalidade dos brasileiros”, “cidadania” que, em algum momento, segundo discurso oficial, existiu.

Considerações finais

As dissonâncias quanto aos conceitos sobre o analfabetismo e o que é ser analfabeto marcam os textos aos quais tivemos acesso. Entretanto, no que diz respeito às imagens sobre a origem dos problemas e sua possível resolução, ou ainda sobre o analfabetismo, o analfabeto, o professor, a função social e individual da

5. Guimaraes (1991) discute os sentidos de cidadão presentes na Constituição do Império e na primeira Constituição Republicana, relacionando-os ao discurso liberal.

escrita, poucas são as divergências, ao configurar-se o Ano Internacional da Alfabetização como um acontecimento na mídia. Vimos também que as formulações que orientam a cristalização dessas imagens são as mesmas que encontramos no Mobral, na década de 1970.

Na mídia, como no discurso oficial por ela veiculado, a coerção não age nas fontes de enunciação, mas nas relações que se estabelecem entre essas perspectivas e as ações enunciativas. Não são as vozes dissonantes que se calam; ao contrário, elas emergem no discurso, pela imprecisão dos dados. O que ocorre, então, é o apagamento dos conflitos ideológicos que estão em jogo, na medida em que os sentidos se movimentam na direção do ideário já instituído que circula a memória histórica sobre o analfabetismo.

Uma vez que ocorre o apagamento das perspectivas ideológicas que são as fontes de enunciação desses textos e, portanto, dos deslocamentos de sentidos nos discursos, há uma tentativa de estabilizar os sentidos que resultam na reprodução de imagens sobre o problema. É assim que a fala dos educadores aparece no discurso da mídia como integrada ao ideário sobre a alfabetização que circula nesses textos, e poucos são os momentos em que ocorrem subversões dos sentidos nos textos analisados. A censura, aqui pressuposta de uma forma ampla, como um recurso de ideologização, transparece nos modos de dizer, ou seja, na aparente autonomia do texto em relação a um discurso ao qual se vincula, e no silenciamento de suas filiações.⁶

6. A concepção de censura aparece em Orlandi (1992) com a seguinte formulação: “É a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições” (p.106).

Quanto ao discurso oficial sobre a alfabetização veiculado na mídia, há predomínio de ações enunciativas que visam à propaganda política. Há a repetição constante de palavras de ordem – como “necessidade de mobilização nacional”; há a assunção de uma grande variedade de perspectivas sociais e discursivas ao se ocupar o lugar de enunciação – fala-se do ponto de vista do discurso religioso, político, jurídico e científico; constrói-se uma imagem abrangente de leitor – pressupondo-se tanto o acesso de um leitor que objetiva a informação quanto o de um leitor que entre em discordância com o governo; há ainda a denúncia de governos anteriores, para ressaltar o projeto desse governo.

No discurso oficial para a mídia, com relação tanto ao tema quanto à orientação argumentativa, há um entrelaçamento de muitos fios discursivos, para que se satisfaçam diferentes posições ideológicas, sem que o texto como um todo consiga configurar-se como pertencente a uma dessas posições.

O discurso oficial na imprensa enuncia do lugar institucional da mídia, assumindo o lugar de representante do governo e do povo, vendendo uma posição política e criando apagamentos históricos: interessa-se mais pela construção de um texto que incorpore diferentes práticas sociais, culturais e discursivas, sem colocá-las em conflito, para garantir o engajamento do leitor em pelo menos uma de suas perspectivas enunciativas. É exatamente da necessidade de ganhar eleitores e apoio que se constrói um discurso oficial de propaganda política, com marcas de diferentes discursos, porque é uma enunciação que se remete a diferentes posições ideológicas e práticas discursivas, seja a partir de perspectivas de onde se enuncia, seja a partir dos lugares para os quais se enuncia.

Pretendemos apenas verificar a configuração do Ano Internacional da Alfabetização como um acontecimento de interesse para a imprensa jornalística, até porque a redução na taxa de alfabetização representa para a imprensa escrita um maior número de leitores, e esse fato esteve refletido em eventos de caráter internacional realizados durante 1990 com a participação da mídia.⁷

Nesse sentido, finalizamos com a proposição de algumas perspectivas analíticas que consideramos também relevantes para a continuidade de reflexões sobre os processos institucionais de naturalização dos sentidos. Lembramos, por exemplo, que uma análise mais sistemática dos textos poderia se propor a relacionar conceitos e instituições particulares (entenda-se grupos de poder). Em termos do funcionamento do discurso jornalístico, um outro enfoque analítico produtivo seria aquele que se fundamentasse em um recorte histórico mais amplo, na medida em que poderia estabelecer relações também mais abrangentes entre o imaginário sobre o analfabetismo e as posições ideológicas que o circundam e o sedimentam; ou seja, poder-se-ia verificar, como sugere Angel Rama, o “esforço de ideologização” que se manifesta como eco dessas perspectivas enunciativas. Finalmente, a análise comparativa entre a configuração desse acontecimento específico e outros, como as eleições nacionais, em que o embate entre posições ideológicas é declarado, seria crucial no avanço da reflexão sobre o movimento de sentidos no discurso jornalístico e no discurso oficial para a mídia. Nesse caso, a análise poderia focalizar as estratégias pelas quais as relações de poder, refletidas e sedimentadas nas práticas sociais e culturais hegemônicas, materializam-se por intermédio de práticas discursivas institucionalizadas.

7. Dentre esses eventos podemos ressaltar o seminário “A Alfabetização e a Mídia”, em agosto de 1990.

Referências bibliográficas

- DUCROT, O. (1987). “Esboço para uma teoria polifônica da enunciação”, in: *O dizer e o dito*. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas, Pontes.
- FOUCAMBERT, J. (1994). *A leitura em questão*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- FREIRE, P. (1985). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo, Paz e Terra.
- GUIMARÃES, E. (1991). “Os sentidos de cidadão no império e na República no Brasil”. Campinas, mimeo.
- KLEIMAN, A. B. (1992). “O letramento na formação do Professor”, in: *Anais do VII Encontro Nacional da Anpoll*, Porto Alegre, 1992.
- LOVISOLO, H. R. *et al.* “Mobral’s functional literacy program and the reduction of poverty”, in: CHRIS, D. (org.). *Combating poverty through adult education: national development strategies*. Dover, Croom Helon.
- MATENCIO, M. L. M. (1994). *Leitura, produção de textos e a escola*. Campinas, Autores Associados/Mercado de Letras.
- ORLANDI, E. (1987). *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas, Pontes.
- _____ (1992). *Discurso & leitura*. Campinas, Editora da Unicamp.
- _____ (1992). *As Formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas, Editora da Unicamp.
- PÊCHETJX, M. (1990). *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Tradução de Orlandi, E. Campinas.
- RAMA, A. (1985). *A cidade das letras*. Tradução de Emir Sader. São Paulo, Brasiliense.

ANEXO

Alfabetização é cidadania

Carlos Chiarelli

No princípio todos eram analfabetos... e todos eram iguais.

A evolução da humanidade, ao longo de milênios, conduziu ao para doxo de transformar a igualdade na ignorância em uma profunda desigualdade no saber, abrindo verdadeiro fosso entre os detentores do dom da comunicação pelo domínio da linguagem escrita e aqueles que permaneciam imersos nas trevas da ignorância absoluta.

Aos poucos, no curso da história o mundo deu-se conta da absoluta necessidade de reintegrar à sociedade as multidões de analfabetos, como condição primordial a qualquer anseio de justiça social.

Por iníquo que seja, deparamo-nos, ao limiar do terceiro milênio, com inúmeros países onde resta apenas a cicatriz a demonstrar que o mal foi vencido, enquanto que, em imensas regiões, a chaga permanece aberta como ferida infecta a macular a consciência dos homens e das nações. O analfabeto não é um doente social. Doente está a sociedade que o mantém como tal.

É imperioso que voltemos a ser todos iguais. Não mais a igualdade na ignorância, mas a igualdade no saber fundamental.

Nos dias atuais, os modernos meios ao nosso alcance, da informática, da eletrônica, dos dados processados permitem-nos conhecer com precisão quem e quantos sabem, bem como quem e quantos não sabem. Não ignoramos mais quais são os que ignoram e, por isso, não se pode tolerar que continuem, porque ignorados, ignorantes.

Sabemos demais para sermos absolvidos do julgamento de nossa consciência e dos pósteros, se formos omissos por acomodação negligente ou por propositada e maldosa incúria.

Este governo do Brasil Novo, democraticamente mandatário da vontade e da confiança da maioria do povo brasileiro, prepara-se, neste momento, armado pelo apoio dos mais diversos segmentos da sociedade, para o grande combate.

"O Rinoceronte", de Ionesco, que representa a regressão do homem que não se comunica, deve ser banido do solo pátrio pela ação eficaz, eficiente, positiva e definitiva que, coordenada e estimulada pelo governo, deve ser de toda comunidade. O pecado social do analfabetismo, se é mortal para os governantes ineficazes, não deixa de ser venial para toda uma sociedade comodamente "encoberta sob o manto da omissão".

Por isso, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, que o presidente Collor hoje lança, envolve a integração de agentes representativos de todas as esferas de poder, bem como de todos os segmentos da sociedade organizada.

Essa missão deve ter por palco iluminado a escola e por parceiro insubstituível o professor, a quem se deve atualizar no saber, treinar na metodologia oportuna e valorizar plenamente no exercício da profissão. Não se está falando de bombásticas e oficialistas campanhas provisórias. Estamos articulando o mutirão saudável e de amplitude nacional em prol da educação. Estamos tecendo, sem barreiras, nem preconceitos, o

acordo em favor da benéfica agitação do querer saber. Estamos buscando o entendimento nacional para produzir a única revolução duradoura: a da educação!

Busca-se a mobilização da sociedade; forma-se o grande mutirão do brasileiro; ajustam-se os recursos necessários; unem-se as vontades, a disposição e o querer de toda uma nação, consciente de que não há mais possibilidade de coexistência pacífica entre a modernidade e o desenvolvimento de um lado, e de outro, o anacronismo injusto que condena tantos à marginalidade social e cultural.

Alfabetização não pode ser o treinamento mecanizado do contar repetitivo, nem da reprodução gráfica de sinais – meras garatujas – que alguém consagre pela rubrica mecânica, como aparente identidade pessoal.

Alfabetizar é a etapa inicial de um processo dinâmico que deve levar à universalização da educação básica. E abrir a porteira para a estrada do saber mais e do conhecer melhor, ensinando conviver mais participativamente.

O homem só se faz homem na plenitude pela educação. Esta é realmente quem o leva ao caminho da libertação, do fruir da vida.

O que se está propondo e tratando de implantar, agora, é um programa que almeja mais do que alfabetizar pessoas, ensinar-lhes o ensino fundamental e abrir-lhes a rota para que cheguem à cidadania que deve ser conquista facilitada, mas que, para ser plena, não pode ser mera dádiva outorgada.

O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) não é produto de um governo, nem obra exclusiva do Estado. Não o queremos, nem o faremos assim. Sem o governo, ele não seria implantado. Só com o governo não será bem-sucedido.

Tem de ser filho dileto da sociedade, permanente e carinhosamente por ela cuidado. É direito de toda pessoa dele participar, beneficiando-se do aprendizado. E dever de todo cidadão alfabetizado nele se integrar, somando-se ao esforço coletivo, para que outros, pelo saber novo e indispensável, deem um passo a mais rumo à cidadania.

O governo Collor está reservando apenas neste quadrimestre mais de dez bilhões de cruzeiros – o que é dinheiro aqui ou em qualquer lugar do mundo – para essa arrancada sem retorno. Preveem-se recursos de mais de 40 bilhões de cruzeiros para o exercício de 91. E assim sucessivamente. É imposto suado do contribuinte, contribuindo para reduzir desníveis. É dinheiro do cidadão, reciclado pela aplicação efetiva do governo que ele elegeu democraticamente, para criar novos e conscientes cidadãos.

Não há espaço para discriminações, nem lugar para exclusões do PNAC. Não existe paternidade registrada, nem monopólio de formulações.

Não se excluem os adversários políticos, não se impedem os opositores religiosos, nem a participação dos crentes de outra fé. Não há fronteiras políticas, econômicas, partidárias nem religiosas. Não há contra partes. Todos são co-participes: patrões e empregados, esquerdistas e direitistas, os crentes e os de pouca fé.

Não se pode querer chegar ao Primeiro Mundo apoiando-se em alicerces frágeis da ignorância. Trinta milhões de brasileiros, em 1987, são meio cidadãos. Dez milhões de jovens em 1987, evadiram-se ou repetiram – e significavam 40% do total matriculado – da escola de 1º grau, custando só em valor metalizado 1 bilhão de dólares (cem dólares é o preço/ano por aluno) para a sociedade é um inestimável e irrecuperável tempo de vida válida para si próprios.

Veem-se, assim, mais nitidamente a extensão e grandeza da tarefa a realizar. Não se ignoram as dificuldades. Tem-se consciência do insucesso de experiências anteriores. Entretanto, há plena certeza de que os tempos são outros. A força política de um governo democraticamente eleito; o alto grau de motivação da comunidade; a seriedade, transparência, engajamento e integração que permeiam o programa; tudo isto leva à plena convicção de que estamos todos por participar e a assistir a grande transformação do perfil educacional de nosso povo, retomando a cidadania para a totalidade dos brasileiros.

Nós vamos vencer essa batalha, pacífica que não terá vítimas, mas também não terá armistícios até o triunfo final. Alfabetizar, ensinar a comunicação consciente pela palavra articulada, não

é uma tarefa a ser feita, prevalentemente, em nome do interesse público, ainda que também o seja; não apenas por força da vontade coletiva, ainda que dela necessite. É, isto sim, missão de resgate solidário de uma sociedade democrática e fraterna que respeita e dignifica a pessoa humana e o seu direito – e a sua aspiração – de saber mais, para fazer mais, ter mais e, sobretudo, ser mais.

Podemos e devemos fazer um país melhor. Um Brasil Novo. Ele começa pela Educação, e só com ela chega ao seu destino. Vamos fazê-lo.

CARLOS CHIARELLI, 50, é ministro da Educação. Foi diretor da CPI da Corrupção e líder do PFL no Senado.

Fonte: *Folha de S. Paulo*, 11/09/1990.